

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 1972

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

|                             |       |
|-----------------------------|-------|
| WILSON FORTES               | ARENA |
| ANTONIO COSTA               | ARENA |
| NELSON BUFFARA              | MDB   |
| IVO TOMAZONI                | ARENA |
| QUELSE CRISOSTOMO           | ARENA |
| DOMICIO SCARAMELLA          | MDB   |
| ROSARIO PITELLI             | ARENA |
| AGUINALDO PEREIRA LIMA      | ARENA |
| ALVARO DIAS                 | MDB   |
| ANTONIO BELINATTI           | MDB   |
| ANTONIO LOPES JUNIOR        | ARENA |
| ANTONIO MACIEL              | ARENA |
| ARIZONE ARAUJO              | ARENA |
| ARMANDO QUEIROZ             | ARENA |
| ARTHUR DE SOUZA             | ARENA |
| BASILIO ZANUSO              | ARENA |
| BORSARI NETO                | ARENA |
| CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA | ARENA |
| DAVID FEDERMANN             | ARENA |
| EMILIO CARAZZAI             | ARENA |
| ERONDY SILVERIO             | ARENA |
| FABIANO BRAGA CORTES        | ARENA |
| FRANCISCO SCORSIN           | ARENA |
| GILBERTO CARVALHO           | ARENA |
| GABRIEL MANOEL              | ARENA |
| FUAD NACLI                  | ARENA |
| HELIO MANFRINATO            | MDB   |
| IGO LOSSO                   | ARENA |
| JOAO FADEL                  | ARENA |
| JOAO MANSUR                 | ARENA |
| JORGE SATO                  | ARENA |
| LAZARO DUMONT               | ARENA |
| LEOPOLDO JACOMEL            | ARENA |
| LUIZ ROBERTO SOARES         | ARENA |
| MARCIANO BARANIUK           | ARENA |
| MAURICIO FRUET              | MDB   |
| MUGGIATI FILHO              | MDB   |
| NIVALDO KRUGER              | MDB   |
| ODILON REINHARDT            | ARENA |
| OVIDIO FRANZONI             | ARENA |
| PAULO CAMARGO               | ARENA |
| PAULO POLI                  | ARENA |
| PINTO DIAS                  | ARENA |
| SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR  | MDB   |
| SANTOS LIMA                 | ARENA |
| WILSON BRANDÃO              | ARENA |
| XENOFONTE VILLANUEVA        | ARENA |

### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.º SECRETÁRIO — Quêlse Crisóstomo.  
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

## COMISSÕES PERMANENTES

### 2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;  
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho  
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)  
1.º Secretário — Ivo Thomazoni  
2.º Secretário — Quêlse Crisóstomo da Silva  
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)  
4.º Secretário — Rosário Pitelli

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz  
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)  
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares  
Reuniões — Quartas-feiras.

##### SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli  
Vice-Presidente — Antonio Belinatti  
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.  
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro  
Reuniões — Terças-feiras.

##### SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

- Presidente — Jorge Sato  
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

##### SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.  
SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

##### SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 314-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4232-72, de 06 de junho de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Nelson Augusto Araújo, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de junho de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 315-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4841-72, de 26 de junho de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

prorrogar por mais trinta (30) dias o prazo concedido à Comissão Especial criada pelo Decreto Legislativo n. 230-72, de 16 de maio de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de junho de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente  
a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário  
a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura  
Ata da 96.ª Sessão Ordinária  
Realizada em 30 de junho de 1972  
(Sexta-Feira)

Presidencia do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisostomo — Rosário Pitelli — Domicio Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruct — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Junior — Santos Lima e Wilson Brandão. (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Emilio Carrazzi e Xenofonte Villanueva. (2).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- De autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Junior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 20/72.
- De autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para os Projetos:  
Projeto de Resolução n. 21-72  
Projeto de Lei n. 85-72  
Projeto de Lei n. 84-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Aparício Vitor Gonçalves, ocorrido ontem, em acidente automobilístico, na estrada Jandaia-Mandaguari.

O extinto, Vereador pelo Município de Kaloré, ali radicado há muitos anos, deixou um grande círculo de amizades, tendo com o seu trabalho muito colaborado em prol do desenvolvimento daquela comuna paranaense. Da decisão da Casa, requer, outrossim que se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado através de cópia ao Senhor Governador, o pronunciamento que acabamos de fazer.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, CONSIDERANDO, que Curitiba, em virtude de seu rápido desenvolvimento, já se constitui em uma metrópole e, como tal, passa a integrar o clube das cidades que suportam macro-estruturas mantenedoras de seu alto nível de sustentação como fábricas indústrias e outros produtos da moderna sociedade.

CONSIDERANDO, que, como tais progressos tecnológicos, nossas auto-

ridades constituídas, pela rapidez do fato, não conseguem acompanhar numa breve adaptação, a evolução e a pronta solução para estes problemas da nova-grande cidade que se nos apresenta.

CONSIDERANDO, que, o meio ambiente vem sendo transformado radicalmente e ecologicamente pelas ondas diuturnas do progresso e que a poluição nos seus mais variados setores vem sendo o resíduo desta metamorfose na corrida pelo bem estar populacional.

CONSIDERANDO, que, o "detrito aéreo" é dentre estes fenômenos, o mais malfadado tipo de poluição ambiental,

REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial, formada por três srs. Deputados e constituída ainda de representantes do Poder Executivo, Classe Industrial e IBDF, a serem convidados por este Legislativo, para que seja estudada a solução ideal que procure resolver o problema da poluição do ambiente que já afeta a nossa Capital e que vem se tornando, com o progresso da moderna tecnologia, numa epidemia de caráter nacional.

Falar sobre o fato em si, sr. Presidente seria uma pura redundância. O recente Congresso Mundial do Meio Ambiente, efetivado recentemente em Estocolmo, e as inúmeras reportagens em jornais e revistas de todo o mundo, aí estão para melhor exemplificar o perigo que representa a poluição ambiental.

Nós, na Capital do Paraná, já sentimos certos problemas e verificamos que o fato já nos atinge.

Em dias sem vento o céu turvo, os olhos irritados e a garganta seca e áspera, que as vezes sentimos, nada mais são do que a resposta imediata aos efeitos da poluição.

Pesquisas realizadas neste setor mostram que a atmosfera nas grandes áreas densamente populosas, é constantemente envenenada pelos detritos lançados pelas chaminés das fábricas e pelos canos de escape dos veículos a motor de combustível, sobressaindo-se dentre esses gases o CO<sub>2</sub>, o nosso conhecido gás carbônico.

O pó das ruas e estradas não pavimentadas, as roças queimadas para o plantio, a falta de árvores (absorção do carbono e expelção do oxigênio), o enorme número de edifícios (que evitam a circulação do ar), são também os causadores da poluição que como dano à saúde, de imediato, nos provoca os congestionamentos nos olhos, a bronquite, faringite e outros males que poderão ser evitados com a imediata solução para este problema.

E aqui, sr. Presidente, só falo dos males da poluição aérea, e sabemos, que tão ruim como esta, também o é a poluição sonora. O índice máximo de audição permitido já foi saturado e inúmeras vezes ultrapassado. O ronco dos motores o crepitar das perfuratrizes, abrindo novas ruas, os geradores que movimentam nossas indústrias, os bate-estacas precursores de novos edifícios, são alguns dos principais causadores da nossa irritação auditiva. O curitibano do centro e da Grande-Curitiba acorda, almoça, janta e dorme barulho. A sua capacidade de trabalho vem diminuindo, os seus nervos estão à flor da pele e o seu raciocínio se encontra turvo, devido à poluição sonora. É a resposta imediata das conquistas da moderna sociedade. Criam-se coisas para o bem-estar do homem, mas não se percebe o reflexo destas criações.

Uma atitude imediata, estudada e planejada como desejamos, evitará piores males no futuro, razão deste nosso plano de Lei e da nossa confiança na aprovação do mesmo pelos nossos pares.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.972.

(a) — Mauricio Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza no sentido de que aquela autoridade crie um Grupo de Trabalho, na qual participem dois representantes deste Legislativo, a fim de que seja estudado e solucionado o problema da poluição fluvial que atinge a bacia hidrográfica do rio Iguaçu, bem como das demais similares do nosso Estado.

Em requerimento anterior, Senhor Presidente, solicitamos pedido de informações, sobre o problema, ao Senhor Secretário da Agricultura e deste, através do diretor do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural obtivemos a resposta de que, de fato, não há como negar a contaminação de inúmeros cursos d'água em nosso Estado, provenientes de resíduos industriais, tendo, inclusive, alguns rios, devido ao fato perdido totalmente a sua flora e fauna fluvial.

Carece no entanto, aquele instituto, de um laboratório oficial em condições de determinar, com exatidão os índices de poluição ambiental da fauna e flora aquática, pela falta de equipamento portátil e de precisão, bem como de pessoal especializado. Com isso, Senhor Presidente, as indústrias que usam os cursos d'água como escoadouro dos resíduos de seus produtos, estão a ferir, frontalmente o art. 37 da Lei Federal n. 221, de 28 de fevereiro de 1971.

Em recente relatório, a nós enviado, pela PLANEPA (Organização de Planejamento Sócio-Econômico do Paraná) fomos informados de que o combate à poluição das águas da bacia do rio Iguaçu, não se obteria a curto prazo. Um estudo profundo levaria ao seguinte programa:

Levantamento das Condições Sanitárias das Bacias,

Com mapeamento, descargas mínimas e máximas, pontos de poluição, bem como o levantamento inicial das condições sanitárias das bacias e relatório da situação atual.

Prognósticos e Agravamento Futuro, com o estudo para uma projeção futura, levantamento de bacias prioritárias para: Prevenção, Controle e Combate à Poluição e um estudo sobre a legislação existente a níveis Federal, Estadual e Municipal, com uma nova legislação a ser proposta.

Programa Geral para Prevenção, Controle e Combate, com um detalhamento das bacias prioritárias, instalação de postos para apoio físico do planejamento, com a aquisição de laboratórios específicos e as suas montagens, treinamento de pessoal e outras medidas.

Como se pode aduzir, Senhor Presidente, muita coisa precisa ser feita, em torno do problema, que dia a dia se torna mais agravante.

Ignorar a poluição fluvial no Paraná, no momento em que ela pode ser controlada, constitui crime de lesa-Pátria. O momento é oportuno, e a criação de um GT para estudo do problema em muito beneficiará o nosso Estado, razão pelo qual confiamos na aprovação do Plano em tela.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1972.

(a) — Mauricio Fruct.

## Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeremos, após ouvido o Plenário, sejam expedidas mensagens telegraficas ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná, Coronel João Carlos Christoffel, e à Direção da Empresa C.R. Almeida S.A., consubstanciando os agradecimentos desta Casa, pela acolhida e atenção dispensadas à Comissão que, representando a Assembléia Legislativa, visitou, em data de ontem, as obras da Central do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1972.

aa) Gilberto Carvalho  
Domício Scaramella  
Muggiati Filho  
David Federmann  
Antonio Belinati  
Basílio Zanusso

## PROJETO DE LEI:

## Projeto de Lei n. 102-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", pertencente à Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, da Fundação de Ensino Superior de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1972.

(a) — Alvaro Dias.

## JUSTIFICATIVA:

Representante e porta-voz dos estudantes de Medicina do Norte do Estado e Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", há cinco anos vem defendendo os interesses da classe estudantil da FMNP.

Fundado no dia 29 de março de 1967, o DAPF desde esta data vem contribuindo para a integração de seus associados no movimento estudantil e a promoção de campanha que elevem e despertem nos estudantes a preocupação pela realidade médico-social do País e a adaptação do ensino médico a essa realidade.

## Projeto de Lei n. 103-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Diretório Acadêmico Frederico Hermann Júnior, pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1972.

(a) — Alvaro Dias.

## JUSTIFICATIVA:

Fundado em 30 de agosto de 1968, o Diretório Acadêmico Frederico Hermann Júnior, vem defendendo, há quatro anos os legítimos interesses dos seus associados, membros do corpo discente da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina.

Vedado a qualquer atividade política do DAFHEJ, durante toda a sua existência vem propugnando por uma maior eficiência do ensino, pela elevação do nível cultural dos estudantes e por difundir os preceitos de ética estudantil e profissional.

Incentivando o convívio, a cooperação e a solidariedade entre seus associados, o DAFHEJ vem se batendo pelo bom entendimento entre suas entidades congêneres, bem como entre o corpo discente e docente da FECECOL.

## Projeto de Lei n. 104-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Diretório Acadêmico "Rocha Pombo", da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1972.

(a) — Alvaro Dias.

## JUSTIFICATIVA

O Diretório Acadêmico "Rocha Pombo", foi fundado no Município de Londrina no dia 25 de setembro de 1.958, e durante os seus quatorze anos de existência vem trabalhando em defesa dos estudantes que cursam a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Londrina.

O seu trabalho e os seus benefícios em prol da classe estudantil não tem limites e a sua luta pela preservação das tradições estudantis a probidade da vida escolar e o patrimônio moral das instituições do ensino superior, é notória.

Pode-se afirmar com certeza que o Diretório "Rocha Pombo" conseguiu criar, entre os acadêmicos a si filiados, a consciência da grandeza da profissão a ser abraçada e sua importância como instrumento de cooperação à obra de felicidade humana e prosperidade da Pátria.

## Projeto de Lei n. 105-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o "Centro Acadêmico XXI de Abril", da Faculdade de Odontologia de Londrina, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1972.

(a) — Alvaro Dias.

## JUSTIFICATIVA:

Fundado em oito de maio de 1962, o Centro Acadêmico XXI de Abril, vem há dez anos patrocinando os interesses dos acadêmicos de odontologia

de Londrina e lutando pelo prestígio da classe estudantil em geral.

Combatendo todas as ideologias que atentem contra a dignidade humana e a soberania nacional, esta agremiação vem propugnando ainda pela democracia e pelos direitos fundamentais do homem e o seu respeito à Pátria.

Sendo uma associação apolítica, vedando, inclusive, em estatuto a utilização de seu nome e sede para fins partidários, o "Centro XXI de Abril", durante toda a sua existência vem zelando pelo bom nome da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, desenvolvendo entre alunos e corpo docente o espírito de harmonia e fraternidade e de sadio e benéfico coleguismo, razão pela qual confiamos na aprovação do Plano de Lei em tela.

## Projeto de Lei n. 106-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professor do ensino primário normal nível 16, da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa, aposentada pelo Decreto n. 17.363, de 19 de novembro de 1969, para a importância de Cr\$ 2.843,94 (dois mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos) anuais e integrais inclusive os adicionais de 5% (cinco) por cento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1972.

(a) — João Fadel.

## JUSTIFICATIVA:

A pretendida elevação de proventos de inatividade justifica-se porque sua beneficiária foi aposentada por invalidez permanente, nos termos dos artigos 126, alínea A, e 129, parágrafo único, da Lei n. 5.871, de 6 de novembro de 1968 combinado com o art. 72, parágrafo 2.º, da Constituição Estadual na época em vigor.

Entretanto, ao fixar-se o "quantum" da aposentadoria foi tomada por base o tempo de serviço daquela servidora o que concedeu-lhe apenas 70% (setenta por cento) dos vencimentos a que fazia jus no exercício de sua atividade e que, mesmo com os adicionais de 5% (cinco por cento) perfaz um total anual da ordem de Cr\$ 1.995,84 (hum mil, novecentos e noventa e cinco cruzeiros e oitenta e quatro centavos), quantia irrisória se levarmos em consideração que a antiga servidora é portadora do "MAL DE HANSEN", conforme o incluso atestado da Unidade Sanitária da Secretaria de Saúde do Município da Lapa, o que impede de exercer outra qualquer atividade para auferir rendimentos. Por outro lado, a legislação previdenciária prevê aposentadoria com vencimento integral para as vítimas do mal de Hansen, do câncer e de outras doenças infecto contagiosas que, impondo aos seus portadores aspecto deformante, repulso ou repulsivo lhes impede o convênio normal com a comunidade. Assim, entendimos nada mais justo que o Estado adote entendimento já consolidado em Lei Federal (INPS) e, por isso, estamos propondo o presente Projeto de Lei que, além de elevar um pouco (cerca de 30% por cento), os proventos de inatividade de sua beneficiária ainda terá o caráter de solidariedade do poder público a uma professora atacada de mal irreversível.

Os nobres Deputados certamente terão o mesmo entendimento e darão ao presente Projeto de Lei o seu indispensável e honroso apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Incólito Presidente, Srs. Deputados.

Conforme os meus companheiros tiveram oportunidade de ouvir, através da leitura do eminente Sr. 1.º Secretário, apresentamos nesta Sessão dois Requerimentos, o primeiro deles mais de competência da Assembléia e o segundo dirigido à S. Exa. o Sr. Governador do Estado, pedindo a criação de um grupo de trabalho específico para controlar problemas de poluição na bacia hidrográfica do Paraná.

Neste sentido, nos baseamos em Requerimento apresentado quando então governava o nosso Estado o Sr. Haroldo Leon Peres, dirigido ao Sr. Secretário de Agricultura, cuja resposta enviada pelo Diretor do Instituto de Defesa do Patrimônio Natural do Estado, diz em certo trecho: "Realmente, não há como negar a contaminação de alguns cursos d'água, e este Instituto já esteve pesquisando alguns deles, com a coleta de material, porém, não conseguiu laboratório oficial em condições de determinar a existência e índices de elementos tóxicos assim como seus efeitos sobre a fauna e flora aquáticas".

O assunto, prezados colegas, é do maior interesse. Recentemente, em encontro realizado no Congresso Mundial de Poluição Ambiental, problemas seríssimos foram levantados pelas autoridades mundiais. Portanto, é o momento oportuno para se combater o impasse.

Temos certeza que S. Exa. o Sr. Governador do Estado há, por certo, de se sensibilizar com o apelo que hoje formulamos e não se negará a colaborar a constituir um órgão talvez, ou grupo de trabalho, com esse objetivo.

Não iremos nos alongar, uma vez que os aspectos técnicos já foram devidamente destacados por ocasião da leitura do Requerimento que hoje tivemos a oportunidade de encaminhar à Mesa.

Vamos aproveitar a oportunidade para comunicar à Casa o recebimento de um convite expedido pelo Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, endereçado aos Srs. Deputados desta Assembléia, convite este verbal, que nos foi transmitido, convidando aos Srs. Deputados para realizarem uma competição esportiva em João Pessoa, contra os Deputados da Paraíba.

Essa competição seria organizada pelo Banco de Desenvolvimento do Estado e Assembléia Legislativa da Paraíba e a arrecadação seria destinada a obras assistenciais daquele Estado.

Portanto, sugeriria oficialmente a criação, talvez de uma Comissão extra-oficial de Deputados, para se encarregar do assunto.

O Sr. Eromdy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, o pronunciamento de V. Exa., desde o seu início, sobre matéria muito importante, sobretudo para Curitiba, deve levar o apoio de toda esta Casa. Quanto à notícia que V. Exa. nos traz, de que esta Assembléia teria recebido convite da Paraíba para um encontro esportivo, apesar da distância que separa Curitiba de João Pessoa, apesar de sabermos que as despesas seriam elevadas, despesas de transporte, não podemos deixar de aprovar a idéia e dar nosso voto favorável, pelo caráter de que o mesmo se reveste.

Sem dúvida, vai atrair a atenção dos habitantes de João Pessoa uma com-

petição esportiva entre os dois Poderes Legislativos e como é de caráter benéfico, podemos deduzir que o sacrifício será amplamente satisfatório, apesar das despesas que se terão de fazer, para o transporte de Curitiba a João Pessoa.

Portanto, a idéia é nobre e deve ser aprovada por toda esta Casa, principalmente pela Mesa diretora dos trabalhos do Poder Legislativo.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Muito obrigado pelo aparte e gostaria de ressaltar ainda aos nobres companheiros que além do entrosamento esportivo, será uma magnífica oportunidade para se integrar mais uma vez o Sul e o Norte do País.

Uma magnífica oportunidade para uma aproximação socio-cultural, entre representantes do povo do Paraná e da Paraíba.

Portanto, fica aqui a participação à Assembléia Legislativa do Paraná do convite que nos foi transmitido pelo Presidente do Banco de Desenvolvimento da Paraíba. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): — "Por diversas vezes já ocupamos esta Tribuna para diagnosticarmos alguns problemas que se defronta a economia do Estado, e ao mesmo tempo propondo soluções que a nosso ver melhor se enquadravam em cada caso.

Hoje trazemos ao conhecimento de nossos Pares uma preocupação constante que temos tido ultimamente, referente a estagnação do sistema rodoviário paranaense.

Bem sabemos que o Estado do Paraná, possui um sistema rodoviário pavimentado interligando os principais polos paranaenses, todavia ainda não foi concluída a ligação do anel rodoviário básico pavimentado, o qual é de vital importância à economia estadual.

O que nos preocupa, Srs. Deputados, é que todos esperamos a duplicação da produção agrícola na safra 71/72, especialmente para o café, soja, trigo, algodão e milho.

Para tanto o nosso sistema rodoviário e de armazenamento deverá estar em condições de escoar essa produção aos mercados internos de consumo e de industrialização, e o excedente ao mercado externo.

O aumento da safra agrícola esperada, trará como consequência um aumento geral na renda ou produto do Estado, sendo este acréscimo de produto dependente do comportamento do setor rodoviário, através a combinação do conjunto de rodovias alimentadoras dos centros de produção aos grandes eixos rodoviários, e destes através das rodovias pavimentadas possam atingir aos centros de consumo.

Como dissemos anteriormente, o Estado dispõe de algumas rodovias pavimentadas interligando os principais centros do Estado, todavia ainda falta muito para que tenhamos todo o sistema rodoviário pavimentado concluído.

Por outro lado, bem sabemos da intenção do Governo Estadual, em investir maciçamente no setor de rodovias, que segundo o Plano Estadual de Desenvolvimento atinge a 600 milhões de recursos estaduais, e ainda a contrapartida de 1.200 milhões de recursos federais para complementação.

Esperamos e confiamos que doravante tenha o Estado uma posição mais agressiva no reivindicar obras junto ao Governo Federal, e que para tanto já tenha elaborado seus respectivos projetos de engenharia a fim de que não continuemos a sermos preteridos, como estamos, sendo pela inexistência de bases concretas para reivindicações junto ao órgão competente, ou seja o Ministério dos Transportes, para a pavimentação e melhoria de rodovias, porquanto solicitamos nada mais do que aquilo a que temos direito.

Enfim, somos o Estado que participa mais intensamente na balança comercial do País, quando somos o principal exportador de vários produtos agrícolas, e ainda fonte de matéria-prima para vários produtos industrializados.

Portanto, deve o Governo Federal fazer retornar ao Estado, grande parte dos recursos que aqui arrecada, principalmente em obras de infra-estrutura, complementando o esforço estadual, em uma época em que nossa receita tributária não tem aumentado em termos reais como se esperava.

Esperamos, daqui para a frente, que o Governo Estadual, através de seus órgãos técnicos, elabore os seus respectivos projetos de captação de recursos, e que através dos escalões superiores haja uma posição mais agressiva nas negociações junto ao Governo da União, para recebermos aquilo que temos direito, e de justiça".

Paralelamente a este nosso trabalho, estamos enviando um Requerimento à Mesa, a fim de que, se aprovado, o Governo Estadual receba a quota do nosso trabalho, que nada mais é que um desabafo daquilo que nós sentimos, e como já disse, tem sido uma voz constante nesta Casa, através de Deputados de ambas as Bancadas. O Deputado Paulo Poli por várias vezes já disse desta tribuna, da nossa preocupação. Temos que reivindicar aquilo que temos direito, e se o Governo Federal não nos atender de uma forma, terá que atender de outra. Os Srs. Deputados Federais que representam o Estado do Paraná no Congresso Nacional, devem estar mais vigilantes, mais atentos, os nossos Senadores que com mais razão do que nós, com mais oportunidade do que nós podem ter contato com o Governo Federal e com os Srs. Ministros de Estado, devem sentir a nossa ansia. Nós não temos nada a reclamar do Estado que mais recebe do Governo Federal, que é o Rio Grande do Sul, temos também que admitir que nós somos um Estado privilegiado e que pouco, ou quase nada, recebemos do Governo Federal.

Insurgimo-nos contra esta pretensão, e esperamos que doravante o Governo Federal nos trate com mais equidade, porque nós realmente o merecemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, lido da Tribuna na sessão anterior. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 74-70, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a Rodovia no Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 315, até o Rio Piquiri, divisa com o Município de Palmital. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 74-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 315, até o rio Piquiri divisa com o Município de Palmital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 92-70, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 92-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem (D. E. R.), para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi, com extensão de 30 kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 195-70, fica criada uma Escola Normal de Grau Ginasial em Marumbi. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 195-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal de grau colegial, na sede do Município de Marumbi.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 199-70, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio em Mamborê e dá outras providências. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 199-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a "Escola Técnica de Comércio Mamborê", no Município de Mamborê, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a baixar os atos necessários à constituição e funcionamento da Escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 214-70, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal de Grau Secundário em Curiuva. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 214-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Curiuva, uma Escola Normal, de grau secundário.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.72.

aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 235-71, fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Professores de Maringá" — "A.P.M.", com sede na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 235/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Professores de Maringá — A.P.M., com sede em Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-06-72.

(aa) Cândido M. de Oliveira — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 6-72, fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação de Educação e Cultura Espírita do Paraná", com sede nesta Capital — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 13-72 — Mensagem n.º 2-72 —, encaminhando anteprojeto de lei complementar, que institui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF), vinculado à Secretaria da Fazenda e destinado ao julgamento em instância administrativa de questões tributárias.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 44-72, fica declarada de Utilidade Pública a "Escola Especializada Primavera", de atendimento às crianças excepcionais, nesta Capital. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 44/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Escola Especializada Primavera", de atendimento às crianças excepcionais, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20-06-72.

(aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Gabriel Banoel.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 10-72, ex-Proposição n.º 105-72 — aprova os termos do acordo firmado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, celebrado em 13.10-71 e destinado à realização do Censo de Recursos Humanos do Pessoal componente da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e das entidades a ela vinculadas. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 11-72, ex-Proposição n.º 106-72, aprova o termo do acordo n.º 23-71, celebrado em 13.10-71, entre a Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a realização do "Curso de Administração de Serviços de Saúde". — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 69-71, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de "Três Barras", Município de Catanduvas, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 69-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Antonio Maciel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 123-71, autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos Municípios que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 145-71, cria uma Escola Normal Colegial Estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 220-71, Mensagem n.º 23-71, encaminhando anteprojeto de lei que cria no Quadro Único de Pessoal, com lotação no Centro de Informações da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, os cargos isolados de provimento em Comissão que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 224-71, autoriza o Poder Executivo a conceder duas pensões mensais de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a José Boiko e Ana Boiko, residentes em Colônia Retiro, Município de Mandirituba. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 224-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a José Boiko e Anna Boiko, pensão mensal no valor de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), a cada um.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1972.

(aa) Alvaro Dias — Presidente  
Basílio Zanusso — Relator  
Antonio Maciel

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 42-72, autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a "Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora de Anunciação", da cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 49-72, Mensagem n.º 14-72, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e noventa cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes — Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — A.P.P.A., para despesas com execução da Lei n.º 6.249, de 10.11-71. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 60-72, Ofício n.º 66-72, referente a Mensagem n.º 49-71 — estabelece a cota de ocupação de terras devolutas e dá outras providências. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 72-72, doa ao Aeroclube do Paraná, a aeronave tipo Cessna 180, prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 83-72, dispõe sobre anistia fiscal aos contribuintes do I.C.M., como especifica. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado através de cópia ao Sr. Governador, o pronunciamento feito em Plenário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aparício Vitor Gonçalves, Vereador pelo Município de Kaloré. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial e mais representantes do Poder Executivo, Classe Industrial e IBDF, para estudar a solução ideal quanto ao problema da poluição. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja estudado e solucionado o problema da poluição fluvial. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Gilberto Carvalho, e outros, constante do Expediente, solicitando sejam enviadas mensagens de agradecimentos desta Casa, ao Presidente da Comissão da Estrada de Ferro Central do Paraná e à Direção da Empresa C. R. Almeida S. A. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência, para o Projeto de Resolução n.º 20-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 85-72, 84-72 e Projeto de Resolução n.º 21-72. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o próximo dia 3, segunda-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 16-72, 17-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 70-71, 230-71, 255-71, 18-72 e 37-72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 73-71, 86-71, 43-72.

1.a DISCUSSÃO — da Proposição n.º 122-72.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 18-72, 20-72, 21-72 e dos Projetos de Lei n.ºs 276-70, 99-71, 84-72 e 85-72.

Levanta-se a Sessão.